

# Ideias

---

**Marcelo Neri:** soluções localizadas anti-crise devem visar os mais pobres. **Página A11**

# A recessão e o bolso dos brasileiros



MARCELO  
NERI

O recém-criado Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) da FGV vaticinou: o Brasil está em recessão! A divulgação da queda do PIB brasileiro do primeiro trimestre, de 1,8%, a segunda queda consecutiva — confirma a recessão corrente. Mais do que a contração, houve parada súbita do crescimento que vinha se mantendo invicto há alguns anos. Houve forte dispersão do crescimento entre países, indo do crescimento de China (6,1%) e Índia (5,8%), similar ao do Brasil pré-crise, até a queda do Japão (-14,1%) e da Rússia (-9,1%).

Como a crise afetou a renda de brasileiros de diferentes classes econômicas? Os impactos da crise sobre os fluxos de renda familiar do trabalho da população em idade ativa nas áreas metropolitanas brasileiras estão aqui traduzidos, na composição de estratos econômicos, em rendas mensais de todas as fontes (classes E, até R\$ 804; D, até R\$ 1.115; C, até R\$ 4.807, e A/B daí para cima).

A classe C se apresenta como a mais numerosa, com mais da metade da população (53%), embora do ponto de vista de renda a classe dominante seja a classe A/B,

onde os cerca de 15% na população desta classe se apropriam de 55% da renda.

No imediato pós-crise, leia-se de setembro a dezembro, houve apenas pequena redução de 0,6% da classe A/B, que vinha crescendo acima das demais. Houve manutenção do movimento das demais classes: a classe C seguiu crescendo a 1,2% e as classes D e E mantêm a tendência de queda. Já em janeiro, houve forte retração dos estratos mais altos: a classe A/B caiu 2,74% e a classe C caiu 2,2%. Apenas em janeiro, cerca de 760 mil pessoas dessas classes caíram às classes D e E. Entre os meses de fevereiro e abril temos um perfil semelhante ao período de setembro a dezembro de 2008, com continuidade da queda branda da classe A/B.

Como consequência da virada do ano, a tendência acumulada do pós-crise é de deslocamento das pessoas do estrato de renda mais altos para os mais baixos. O gráfico comprova que as tendências dos últimos anos foram subvertidas: as classes que ganhavam mais participação passaram a perder mais, e vice-versa. Senão, vejamos: no período pré-crise há ampliação dos estratos de maior renda e perda dos mais pobres. O aumento acumulado das classes A/B e C desde fevereiro de 2003 foi de 35% e 25%, respectivamente, com correspondente perda da participação das classes D e E de, -16% e -40%. Em seguida, quando tomamos o período pós-crise (setembro de 2008 a abril de 2009), observamos queda acumulada

da classe A/B (-6,8%), seguido da queda de 0,8% na classe C e consequente crescimento das classes D (3,3%) e E (5,7%). De toda forma, as variações de renda destes anos, quando se olha em conjunto os últimos anos (de 2003 a 2009), mostram que houve melhora expressiva no poder de compra dos brasileiros nas grandes metrópoles: o aumento acumulado desde fevereiro de 2003 das classes A/B e C foi de 25,8% e 24%, respectivamente, com correspondente redução da participação das classes D e E, de -13,1% e -36,9%.

### **As classes que ganhavam mais passaram a perder mais, e vice-versa; a queda no pós crise até abril foi de 6,8% da classe A/B e de 0,8% da C**

A crise começou nas bolsas lá fora, e aqui chegou ao bolso do cidadão comum. Além de torcer para que a retomada recente da bolsa chegue logo ao bolso do brasileiro, o que se pode fazer para proteger o mercado interno? Mais do que forte contração, houve parada súbita da renda dos brasileiros que só depois encontrou eco na redução dos juros. A pergunta que não quer calar é: por que não colocamos uma política monetária fortemente expansionista em campo logo ao primeiro anúncio da crise? Resposta provável: o Banco Central brasileiro é escaldado de inflação e não de recessão, mas não como o

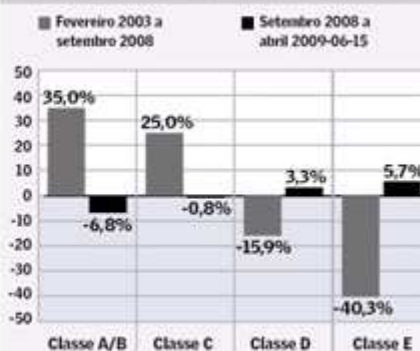
Fed dos EUA. Nosso maior temor é a hiperinflação, como o Bundesbank alemão, enquanto o do Fed é a grande depressão. Isto não tem nada a ver com a independência do BC. Quem deve escalar a política monetária é a autoridade monetária, mas era preciso partir para a redução dos juros logo no primeiro anúncio da crise que se aproximava.

Por que adotamos o tempo todo respostas permanentes à crise quando esta é essencialmente transitória? A crise é de natureza mais crítica do que crônica. Há que se fazer sintonia fina de instrumentos com a escassez de demanda nos mercados de bens e serviços vigente. Precisamos agir de maneira rápida e localizada no tempo. O PAC e o novo programa habitacional têm de ser tirado do papel durante a crise. Outras respostas com efeitos mais permanentes são mais demoradas para implementar e seus efeitos ultrapassam o tempo de duração da crise. Por exemplo, o reajuste do salário mínimo vai gerar impactos fiscais permanentes para o período pós-crise. Seria melhor buscar um abono temporário para ele. Conseguiríamos ser mais generosos em tempos de crise com os pensionistas e aposentados se o ganho fosse restrito aos tempos de crise. Acabamos num mundo pior, com menores impactos durante a crise e maiores impactos no pós-crise, quando eles jogam contra.

Já a redução tópica do IPI é uma medida bem sintonizada com a crise, induzindo a antecipação de compras. A dificuldade da redução do IPI é que ela é locali-

## **Pré e Pós-Crise**

Variação Acumulada das Classes Econômicas



Fonte: CPS/FGV a partir de microdados da PME/IBGE.

zada — deveríamos pensar em soluções mais horizontais, abrangendo maior número de setores. Soluções localizadas devem buscar os mais pobres, que tendem a ser mais restritos no mercado de crédito e, portanto, a apresentar maior propensão ao gasto dos recursos fiscais repassados, mesmo repasses transitórios. Esta é uma diferença básica para a redução de imposto de renda às pessoas físicas que tendem a poupar os recursos face ao risco crescente de desemprego.

**Marcelo Côrtes Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Microcrédito: o Mistério Nordestino e o Grameem brasileiro", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio Sociais". E-mail: mcneri@fgv.br